Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 1087/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/11867/2015
PROTOCOLO	: 1609685
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA
ORDENADOR DE DESPESAS	: JULIANA PEREIRA ALMEIDA DE ALMEIDA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2015
PROCED. LICITATÓRIO	: CONVITE Nº 011/2015
CONTRATADA	: GESIEL FARIA DE SOUZA - ME
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL COM FORNECIMENTO PARCELADO PARA ATENDIMENTO A PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS.
VALOR INICIAL	: R$ 50.000,00
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

EXECUÇÃO FINANCEIRA. 3ª FASE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULARIDADE.

Cuida-se de Contratação Pública nº 023/2015, pela modalidade Convite nº 011/2015, celebrada entre a ***Prefeitura Municipal de Miranda/MS*** e a empresa ***Gesiel Faria de Souza – ME.***, cujo objeto é a aquisição de água mineral com fornecimento parcelado para atendimento a prefeitura e suas respectivas secretarias, com valor contratual no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Aprecia-se, neste momento, a execução financeira (3ª fase).

Em sede de Análise – ANA-6ICE - 18581/2016 (peça n° 32), a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo constatou que a documentação juntada aos autos encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, assim, opinando pela legalidade e regularidade da 3ª fase.

Encaminhados os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.JAC - 17902/2016 (peça n° 34), opinando pela legalidade e regularidade da execução financeira, por estar em conformidade com a

legislação pertinente.

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a regularidade da 3ª fase da contratação pública.

De fato, no tocante a execução financeira (3ª fase), vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar a ***regularidade*** da execução do Contrato nº 023/2015 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2017.

Conselheira Marisa Serrano

RELATORA

imc